

O direito à educação, e consequentemente a leitura, era restrito às elites entre os séculos XVI ao início do XIX. A prática da leitura no Brasil colonial era um ato profundamente elitista e estritamente controlado, refletindo a estrutura social hierárquica e o projeto político da metrópole servindo como um poderoso mecanismo de estratificação e controle ideológico. Portugal não objetivava em seu projeto político para o Brasil o desenvolvimento pleno da colônia, mas sim, uma subordinação metropolitana e uma subjugação política econômica sendo a educação calibrada para cumprir essa finalidade.

A leitura era ensinada principalmente às pessoas da elite acreditando-se ser uma necessidade apenas para aqueles que desempenhavam papéis administrativos, religiosos e comerciais. A ignorância deliberada para a maioria da população composta por indígenas (foco da catequização jesuítica que objetivava a aculturação e o melhor “manejo” desta força braçal), libertos e escravizados era uma estratégia crucial para evitar a organização, a subversão e a contestação da ordem escravocrata dos mesmos. A função da leitura ia além da erudição: era um instrumento de poder e distinção social, demarcando a fronteira entre os letrados, aptos a exercer o domínio burocrático e cultural, e a vasta maioria iletrada apta a seguir as ordens sem contestação.

Os textos que circulavam, majoritariamente importados de Portugal, em virtude da inexistência de uma imprensa local até 1808, eram textos religiosos, jurídicos e literatura clássica submetidos a censura da coroa e da igreja garantindo que o conteúdo fosse coerente com os dogmas eclesiásticos e régios. A leitura colonial não objetivava à democratização do saber, mas sim, à manutenção ideológica do sistema.

A administração das escolas coloniais era destinada a Igreja Católica, principalmente pelos jesuítas, que as conduziam com rígidas regras de disciplina, postura comportamental e currículo baseado nas escolas europeias visando a formação dos filhos da elite colonial para garantir a continuidade das estruturas de poder e a disseminação da fé católica.

A criação e manutenção das escolas exigiam recursos financeiros significativos. As famílias ricas podiam arcar com os custos associados à educação, enquanto as famílias mais pobres não tinham condições de pagar por esses serviços. Além disso, as escolas estavam



geralmente localizadas em áreas urbanas ou centros administrativos, onde a elite residia. Esse cenário começou a mudar gradualmente com as reformas educacionais e os movimentos pela democratização da educação, embora as desigualdades educacionais ainda persistam em certa medida até hoje.

Com o desenvolvimento da sociedade brasileira, o conceito de leitura começou a se desenvolver também. As mudanças sociais, econômicas e culturais trouxeram novas demandas para a educação. A Revolução Industrial, a urbanização e o crescimento dos meios de comunicação ampliaram o acesso à informação e exigiram novas habilidades dos cidadãos em geral.

Ler se tornou uma habilidade não restrita à decodificação. Ler se tornou em entender e interpretar os textos, ler sem compreender não é ler. Neste sentido, Kleiman (2016, p.32) afirma que “[...] a leitura precisa permitir que o leitor apreenda o sentido do texto, não podendo transformar-se em mera decifração de signos linguísticos sem a compreensão semântica dos mesmos.” Considerando, pois, esse panorama nacional, a leitura passa a ser considerada a partir da concepção interacionista da leitura na qual ler é interpretar uma percepção sob as influências de um determinado contexto. Esse processo leva o indivíduo a uma compreensão particular da realidade. (FREIRE, 2021, p.22)

No final do século XX, a expansão do sistema educacional brasileiro e as reformas educacionais refletem uma compreensão mais ampla da leitura entendendo-a não apenas como uma habilidade técnica, mas como uma prática social complexa que envolve a compreensão e interpretação de textos em diferentes contextos. Isso significa que a leitura deve ser entendida em relação ao seu uso e função na vida cotidiana das pessoas, ou seja, deve ser entendida como letramento, o uso competente e funcional da leitura e da escrita em práticas sociais inseridas em um contexto sociocultural específico.

Ser letrado não se restringe apenas ao domínio da língua escrita, mas também envolve a compreensão das práticas culturais, sociais e políticas que envolvem o uso da escrita em uma determinada sociedade. O letrado possui uma compreensão profunda do papel da linguagem escrita na sociedade e a capacidade de utilizá-la de forma eficaz para se



comunicar, aprender e se envolver ativamente na vida em comunidade percebendo-a enquanto elemento de poder. Um indivíduo letrado é capaz de participar ativamente das diferentes esferas da vida social, exercendo seus direitos e deveres como cidadão, bem como contribuindo para o desenvolvimento pessoal e profissional.

O ensino da leitura começa a ser entendido levando em consideração o contexto em que os estudantes vivem, incluindo suas experiências, conhecimentos prévios e a cultura local tornando o aprendizado mais relevante e significativo. Os textos a serem estudados seriam oriundos de uma diversidade textual que ajudaria os estudantes a compreenderem a multiplicidade de funções e formas que a leitura pode assumir. Isso inclui não apenas textos literários e informativos, impressos ou digitais, mas também textos do cotidiano, como receitas, anúncios, cartas, entre outros.

Essa guinada teórica foi impulsionada por teóricos da educação que destacavam a importância da leitura para a formação do pensamento crítico e para a participação cidadã. A leitura, para estes teóricos como Soares (2019), Freire(2021) e Kleiman (2016), teria um impacto profundo e multifacetado no entendimento das pessoas, contribuindo para seu desenvolvimento pessoal e intelectual.

A escola seria encarada como um mediador desempenhando um importante papel na formação e desenvolvimento dos alunos, atuando como um elo entre os estudantes, o conhecimento e a sociedade. A mediação escolar envolve facilitar o aprendizado, promover a inclusão social e cultural, e preparar os futuros cidadãos para a cidadania ativa. Na escola, a produção de saberes seria conduzida a partir de processos comunicativos eficazes. A aprendizagem é um processo intrinsecamente comunicativo, pois todas as relações são relações comunicativas e a escola seria apenas mais um espaço comunicativo social.

Diante de tantos benefícios desenvolvidos pela leitura, independente da sua configuração analógica ou digital, ler é poder, pois a leitura fornece às pessoas o conhecimento e as habilidades necessárias para exercer influência, tomar decisões informadas, não ser enganada por falsas informações e participar plenamente na sociedade. A



leitura é uma ferramenta poderosa de empoderamento pessoal, social e de exclusão de alienação.

CONCEITOS E CONCEPÇÕES SOBRE LETRAMENTO

Desde o início da educação brasileira, o desenvolvimento da leitura tem sido negligenciado para a massa da população, pois a leitura pode ser considerada "perigosa" para as elites em determinados contextos históricos e sociais, principalmente quando a disseminação da alfabetização e do acesso à informação ameaçam as estruturas de poder estabelecidas. O acesso a textos e literaturas que discutem direitos humanos, igualdade e justiça social pode inspirar movimentos sociais e políticos.

As reflexões de Paulo Freire (2021) continuam a exercer profunda influência sobre a compreensão contemporânea da alfabetização e da educação como processos de emancipação humana. Em sua concepção, alfabetizar vai muito além de ensinar a ler e escrever, é um ato político que implica a tomada de consciência do mundo e de si mesmo. A leitura da palavra, nesse sentido, só adquire significado pleno quando articulada à leitura do mundo, pois é a partir da compreensão da própria realidade que o sujeito se torna capaz de transformá-la. Assim, a alfabetização crítica freiriana integra-se à conscientização e à transformação social, configurando-se como uma prática libertadora que visa romper com as estruturas de opressão e promover a autonomia intelectual e política dos educandos.

Nesse horizonte, a educação assume um papel fundamental na construção de uma sociedade democrática. O processo de alfabetização, concebido por Freire (2021), parte do universo vocabular dos alunos e se desenvolve por meio do diálogo, da problematização e da valorização das experiências culturais e identitárias dos sujeitos. Trata-se de um processo em que o educando deixa de ser mero receptor de saberes e passa a ser protagonista da própria aprendizagem, reconhecendo-se como agente histórico capaz de intervir no mundo. Essa perspectiva fortalece a autoestima, o sentimento de pertencimento e o compromisso com a coletividade, pois uma população educada e crítica é capaz de questionar desigualdades, reivindicar direitos e construir, de forma solidária, novas possibilidades de existência social.



participação ativa e crítica na era digital, mas suas definições e implicações diferem em escopo e aplicação.

A correlação entre literacia digital e letramento é evidente quando consideramos o impacto da tecnologia na comunicação e no acesso à informação. O letramento é a base sobre a qual a literacia digital é construída. Sem a habilidade básica de ler, escrever e compreender, a navegação eficaz no ambiente digital seria impossível. No entanto, a literacia digital expande essa base ao introduzir novas competências, tanto técnicas quanto sociais, necessárias para a interação com tecnologias digitais.

O conceito de letramento, amplamente discutido por estudiosos como Magda Soares e Ângela Kleiman, no contexto brasileiro, consolidou-se como a condição do sujeito que se apropria da leitura e da escrita e as utiliza em diferentes práticas sociais, superando a ideia restrita de alfabetização como mera decodificação. Essa concepção tornou-se fundamental para compreender os modos de interação e comunicação na contemporaneidade, em que a leitura e a escrita assumem múltiplas funções e sentidos.

Entretanto, as transformações culturais e tecnológicas que caracterizam a sociedade atual exigiram uma ampliação desse conceito, incorporando novas formas de significação e expressão presentes nos textos multimodais — aqueles que articulam linguagens verbais, visuais, sonoras e gestuais, especialmente no ambiente digital.

Desse movimento emerge a noção de multiletramentos, proposta pelo *New London Group* (2021) e aprofundada no Brasil por pesquisadoras como Roxane Rojo (2019), que enfatiza a necessidade de preparar os sujeitos para compreender e produzir sentidos em diferentes contextos culturais e tecnológicos. Essa perspectiva reconhece que ler e escrever, na era digital, não se limitam ao domínio do código linguístico, mas envolvem também a capacidade de transitar entre diversas linguagens, mídias e suportes. Nesse cenário, a literacia digital (conceito discutido por autores como Xavier (2011) e pela própria Rojo) representa uma dimensão específica dos multiletramentos, voltada à competência crítica, ética e funcional no uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC).



Assim, compreender a leitura e a escrita no mundo contemporâneo implica reconhecer que elas ultrapassam o espaço da página impressa e se expandem para o universo digital, no qual o sujeito leitor e produtor de sentidos precisa dominar um repertório diversificado de linguagens para participar de forma crítica, como produtor e consumidor de conteúdo, na sociedade em rede.

No contexto educacional, a integração dessas duas formas de letramento é essencial para preparar os alunos para as demandas sociais vigentes. É vital que haja o desenvolvimento simultâneo de habilidades de letramento e literacia digital para melhorar significativamente a aprendizagem dos estudantes, pois à medida que a tecnologia avança e se integra em todos os aspectos da vida, desde a educação e o trabalho até o lazer e a comunicação.

Além disso, a literacia digital enriquece o letramento tradicional ao introduzir novas formas de expressão e comunicação digitais. Ferramentas digitais, como blogs, redes sociais e plataformas de criação multimídia, oferecem aos indivíduos novas maneiras de compartilhar suas ideias e participar de conversas globais, além de uma gama infinita de possibilidades de construção de textos multimodais.

Devido à rápida evolução das tecnologias digitais, impulsionada pela onipresença de dispositivos conectados à internet e pela expansão das plataformas digitais, o letramento e a literacia digital são habilidades que precisam ser continuamente desenvolvidas e atualizadas ao longo da vida. Isso inclui aprender novas ferramentas e plataformas digitais, assim como adaptar-se às mudanças nas práticas de comunicação e informação online. A educação precisa estar conectada com o seu tempo.

No mercado de trabalho, a capacidade de navegar e utilizar ferramentas digitais é cada vez mais valorizada, influenciando a empregabilidade e o desenvolvimento profissional. Além disso, no âmbito social e cívico, a literacia digital é crucial para a participação ativa e informada nas democracias modernas como a brasileira.



No entanto, apesar do consenso sobre a importância da literacia digital, há uma crescente preocupação com as desigualdades no acesso e no desenvolvimento dessas habilidades. Estudos indicam que fatores socioeconômicos, geográficos, tecnológicos e educacionais influenciam significativamente a literacia digital dos indivíduos, proporcionando um tipo de exclusão social. Essa exclusão não se refere apenas à diferença no acesso à tecnologia, mas também às disparidades na capacidade de usá-la de maneira significativa.

SOCIEDADE E EDUCAÇÃO

A sociedade contemporânea vive um processo de reconfiguração profunda em seus modos de produzir, comunicar e compartilhar conhecimento. A emergência da cultura digital e o avanço das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) modificaram substancialmente a maneira como os sujeitos se relacionam com o saber, com o outro e com o mundo.

Essa nova ecologia cultural e comunicacional exige que a escola se repositicione diante das formas de aprender e ensinar, rompendo com práticas pedagógicas centradas na transmissão e assumindo um papel formador que contemple a pluralidade de linguagens, culturas e modos de interação próprios da era digital. A educação, portanto, deve ser compreendida como um campo em permanente transformação, que precisa dialogar com as mudanças sociais, tecnológicas e cognitivas que caracterizam o século XXI.

Nesse contexto, o ensino não pode mais ser pautado apenas na lógica linear e monolítica do texto impresso, pois os estudantes de hoje vivem imersos em um ambiente multimodal, interativo e hipertextual. A leitura e a escrita, antes vinculadas quase exclusivamente à linguagem verbal, tornaram-se processos que mobilizam imagens, sons, movimentos e recursos digitais diversos. É neste ponto que o conceito de multiletramentos se torna central para pensar a educação contemporânea. Proposto pelo *New London Group* (2021) e ampliado no Brasil por Rojo (2019), o termo refere-se à capacidade de compreender e produzir sentidos a partir de múltiplas linguagens e culturas. Essa concepção amplia o horizonte da leitura, deslocando-a do campo restrito da decodificação para o campo da



significação crítica e da participação social, o que Freire (2021) considera como leitura do mundo.

Os multiletramentos assumem, assim, uma função social e política: formar sujeitos capazes de ler criticamente o mundo e de atuar nele de maneira ética e transformadora. A escola, ao incorporar essa perspectiva, precisa reconhecer os saberes que emergem dos ambientes digitais e valorizá-los como legítimos. Negar as práticas de leitura e escrita que os estudantes realizam nas redes sociais, nos jogos eletrônicos ou em plataformas digitais é ignorar parte significativa de suas experiências culturais. Ao contrário, a escola deve acolher essas práticas como ponto de partida para o desenvolvimento de competências de leitura crítica, problematizando as mensagens, os discursos e as ideologias que circulam nesses espaços.

A leitura digital, portanto, não é um fenômeno superficial ou efêmero, como por vezes é interpretado, mas uma prática complexa que requer novas habilidades cognitivas e éticas. Como observa Santaella (2004), os modos de leitura se diversificaram: a leitura linear do livro impresso convive com a leitura tabular dos hipertextos e a leitura fragmentada das redes sociais. O leitor agora imersivo (Santaella, 2004) não apenas consome informações, mas interage com elas, remixando, perlaborando, reinterpretando e até mesmo co-criando sentidos em tempo real.

Essa multiplicidade de formas de ler impõe à escola o desafio de formar leitores capazes de transitar entre diferentes suportes e linguagens, selecionando, interpretando e criticando as informações que consomem e produzem. Nesse cenário, os multiletramentos configuram-se como o caminho mais potente para uma educação alinhada à contemporaneidade.

Contudo, para que essa transformação ocorra, é necessário considerar as políticas públicas de educação como instrumentos de democratização e de equidade. No Brasil, documentos como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) e o Plano Nacional de Educação (PNE, 2014) reconhecem o papel das TDIC no processo de ensino e aprendizagem, defendendo o desenvolvimento das competências digitais como elemento indispensável à



formação cidadã. Entretanto, a efetividade dessas políticas ainda depende da implementação concreta nas escolas, do investimento em infraestrutura tecnológica e da formação continuada dos professores para atuar criticamente nesse novo cenário.

A realidade educacional brasileira ainda revela desigualdades expressivas no acesso e no uso das tecnologias. As escolas públicas, especialmente as situadas em áreas periféricas, enfrentam desafios como a escassez de equipamentos, a instabilidade da conexão à internet e a carência de formação técnica e pedagógica dos docentes. Essa exclusão digital reproduz e aprofunda as desigualdades sociais, pois o domínio das linguagens digitais tornou-se requisito para a inserção plena na vida acadêmica, profissional e cidadã. Assim, as políticas públicas devem ir além da mera distribuição de equipamentos: devem promover a inclusão digital como um processo emancipador.

A formação docente ocupa papel estratégico nesse contexto. O professor, tradicionalmente visto como transmissor de conhecimento, precisa se reconhecer agora como mediador e coaprendiz, que aprende junto aos estudantes e ressignificar suas práticas a partir do diálogo e da experiência coletiva. O professor precisa entender que o estudante é um sujeito político em formação, não apenas estático consumidor de textos, mas um produtor/consumidor de conteúdos das mais diversas linguagens e fontes que necessita ser orientado a estar no mundo da comunicação evitando assim os perigos virtuais e a desinformação.

Essa formação do professor deve contemplar tanto o domínio técnico das ferramentas digitais quanto a reflexão crítica sobre seus usos pedagógicos e sociais. É necessário formar educadores capazes de compreender as tecnologias não como fins em si mesmas, mas como mediadoras de práticas de leitura, escrita e produção de sentidos que ampliem a autonomia intelectual dos estudantes.

Além disso, a incorporação dos multiletramentos nas políticas e nas práticas educacionais implica repensar o currículo escolar. O currículo precisa deixar de ser uma estrutura rígida homogênea para tornar-se um espaço de experimentação intercultural. Deve incluir textos e linguagens que fazem parte do repertório dos estudantes, de modo que as



experiências escolares dialoguem com suas vivências cotidianas. Essa aproximação entre escola e cultura digital possibilita que a leitura e a escrita, indissociáveis, sejam percebidas não apenas como exigências escolares, mas como práticas sociais significativas, atravessadas por valores, ideologias e identidades.

Ao mesmo tempo, a sociedade digital exige que a educação se oriente pela ética e pela cidadania digital. Ler e produzir textos na internet implica lidar com questões como autoria, direitos autorais, veracidade da informação e respeito à diversidade. A formação de leitores críticos deve, portanto, contemplar também o desenvolvimento da responsabilidade no uso das tecnologias, preparando os estudantes para atuarem como sujeitos conscientes e participativos em um espaço público global. Essa dimensão ética dos multiletramentos é essencial para que a educação cumpra seu papel social de formar cidadãos capazes de intervir no mundo com discernimento e compromisso coletivo.

Por fim, discutir a relação entre sociedade digital e educação é discutir o próprio futuro da escola. A consolidação de uma educação inclusiva transformadora depende da articulação entre políticas públicas, práticas pedagógicas inovadoras e a valorização dos saberes dos sujeitos. Os multiletramentos, enquanto paradigma teórico prático, oferecem o caminho para uma educação que não apenas acompanha as transformações tecnológicas, mas as compreende criticamente e as coloca a serviço da emancipação humana. A leitura, em todas as suas formas e suportes, continua sendo o fio condutor dessa transformação, pois é por meio dela que o sujeito compreende o mundo e encontra meios para reinventá-lo.

Considerações finais

A escola precisa começar a descobrir o que os jovens realmente sabem e reconhecer que ainda têm muito que aprender com eles numa interação dialógica. É preciso utilizar os meios de comunicação de forma crítica e criativa. Orientar os jovens sobre as informações errôneas transmitidas pela internet a partir do desenvolvimento de leitores críticos capazes de avaliar e utilizar criticamente a informação transformando-as em conhecimento, pois nenhum meio de comunicação pode ser considerado simplesmente como um veículo neutro a serviço da “informação”.

A sociedade necessita de cidadãos capazes de realizar leituras da sua realidade, de se colocar num lugar não muito desejado pelos padrões capitalistas de manipulação e



falseamento da informação. O leitor social protagonista do seu destino, cidadão da sociedade contemporânea ao qual se insere, precisa possuir conhecimento para se enxergar como um sujeito social ativo e se desvencilhar das amarras da dominação.

A literacia digital é um componente vital da cidadania contemporânea, necessitando de uma abordagem integrada que envolva habilidades técnicas, pensamento crítico, práticas educativas e inclusão social. Para um professor exercer seu papel de mediador, promovendo a interação entre os alunos, os conteúdos de ensino e as experiências vividas, ele precisa conhecer o processo comunicativo, pois na mediação educacional a comunicação está intrinsecamente interrelacionada e integrada em todas as etapas da prática educativa.

O professor mediador estimula a participação dos estudantes, se preocupa com a contextualização e relevância dos conteúdos educativos, promove o diálogo, incentiva a reflexão crítica e fornece dispositivos e recursos para que os alunos possam explorar, investigar e construir seu próprio entendimento.

No processo educacional constituído por inúmeros sujeitos educacionais, a diversidade de linguagens e mídias na comunicação educativa deve ser sempre pensada reconhecendo que diferentes formas de expressão podem facilitar a compreensão e o engajamento dos estudantes. A diversidade de linguagens e mídias proporciona uma educação mais participativa, democrática e centrada no aluno respeitando suas características culturais, etárias, sociais, históricas e individuais.

A educação, assim constituída, reconhece a diversidade de experiências, de contextos, de habilidades e de conhecimentos dos alunos, adaptando sua prática pedagógica para atender às necessidades individuais de cada estudante oportunizando que o discente exerça um papel ativo em seu próprio processo de aprendizagem, desenvolvendo autonomia, criatividade, habilidade comunicacional e pensamento crítico.

A integração da literacia digital no ensino-aprendizagem enfrenta diversos desafios, incluindo a falta de infraestrutura tecnológica, a necessidade de formação contínua de professores e a resistência a mudanças pedagógicas. No entanto, as perspectivas são promissoras, pois a literacia digital pode transformar a educação, tornando-a mais inclusiva, participativa e alinhada com as demandas do mundo contemporâneo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Edição especial comemorativa. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2021.



- GRUPO NOVA LONDRES. **Uma Pedagogia dos Multiletramentos**: Projetando Futuros Sociais. Tradução de Deise Nancy de Moraes, Gabriela Claudino Grande, Rafaela Salemm Bolsarin Biazotti, Roziane Keila Grando. *Revista Linguagem em Foco*, Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 101-145, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/5578>. Acesso em: 24, jan, 2025.
- KAPLÛN, Mario. **Pedagogía de la comunicación**. En: Voces y Culturas, 11/12, 1997, pp.69-88.
- KLEIMAN, Ângela B. (Org.). *Significados e ressignificações do letramento: desdobramentos de uma perspectiva sociocultural sobre a escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 2016.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- LINHARES, R. Nunes. **Gestão em Comunicação e Educação**: o audiovisual no espaço escolar. Maceio; Edufal, 2007. Capit. 1, p 21 a 52.
- LOUREIRO, M. J., MBANDJE, D. C., & LUCAS, M. (2023). **Competência Digital e Alfabetização Informacional**: Esclarecendo Conceitos a partir de uma Revisão de Literatura. *Educational Media Internacional*, Volume 60, páginas 306-316. DOI: [https://doi.org/10.1080/09523987.2023.2324584]. Acesso em 05 de maio de 2023.
- ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015.
- ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo. *Letramentos, mídias, linguagens*. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.
- SOARES, Magda. *Alfabetização e letramento: edição revista e ampliada*. São Paulo: Contexto, 2019.

